

A utilização das ferramentas da Cultura Livre nas práticas pedagógicas.

Aryanne Martins Oliveira
Camila Chaves Silva
Gyselle Luciene Brandão Pinto
João Gualberto Cândido
Soraya Souza

Resumo

O uso de ferramentas digitais no campo educacional perpassa a discussão eminente sobre cultura livre que busca a socialização do conhecimento, defendendo que todo bem cultural, tecnológico e científico produzido pertença à sociedade. Diante disso, a cultura livre possibilita que o professor amplie seus recursos didáticos, construindo assim, um plano de aula mais interativo e diligente.

Palavras chave: Cultura Livre, Ferramentas digitais, Formação de professores

1 - Introdução

Pensar o mundo contemporâneo é, inevitavelmente, pensar formas de uso e de desenvolvimento de tecnologias nos mais variados setores, sendo o campo educacional um dos mais importantes. Dessa forma, as ferramentas digitais assumem um papel fundamental nas relações de ensino-aprendizagem: além de oferecerem aos discentes um ensino mais dinâmico e em sintonia com as modernidades do século XXI, também servem para aperfeiçoar o trabalho dos professores em seus diversos níveis, desde o planejamento mais elementar até a prática cotidiana dentro e fora da sala de aula.

MERCADO traz essa ideia ao dizer que:

“O reconhecimento de uma sociedade cada vez mais tecnológica deve ser acompanhado da conscientização da necessidade de incluir nos currículos escolares as habilidades e competências para lidar com as novas tecnologias. No contexto de uma sociedade do conhecimento, a educação exige uma abordagem diferente em que o componente tecnológico não pode ser ignorado” (MERCADO, 2002,p.11)

Ainda sobre essa ampliação tecnológica na educação, segundo MERCADO (2002): “A incorporação das novas tecnologias como conteúdos básicos comuns é um elemento que pode contribuir para uma maior vinculação entre os contextos de ensino e as culturas que se desenvolvem fora do âmbito escolar” (p. 12). Além disso, é de extrema importância compreender como os estudantes lidam com essas tecnologias, para assim, pensar em práticas que vão além dos recursos tecnológicos e suas possibilidades, atentando para a concepção destes sobre essa realidade que se difunde nas escolas.

Todavia, essa discussão esbarra em problemas de diversas ordens, sendo que o principal deles é a questão do acesso a estas ferramentas digitais, uma vez que tal acesso, no Brasil, ainda é muitíssimo aquém do que se espera.

2- Cultura Livre e o acesso às ferramentas digitais

Para se discutir o acesso às ferramentas digitais, precisamos partir de uma discussão mais ampla, tanto em relação à educação quanto ao conceito de Cultura Livre (e sua proposta de socialização do conhecimento). A partir do acesso amplo e irrestrito (universalização) de tudo aquilo que é produzido pelo homem, dando liberdade aos usuários de recorrer à diversificadas opções de fontes, de forma gratuita, podemos e precisamos também incluir o incentivo, a divulgação e ampliação dos chamados softwares livres, pois como afirma MERCADO (2002): “a livre circulação de software com códigos abertos e contribuição de todos, é imprescindível para a evolução do computador no processo educacional”. Esse debate nos induz a questionarmos sobre a própria lógica do modo de produção capitalista, sistema que tem por sustentação a propriedade privada e o lucro. Assim, o termo “propriedade intelectual”, embora devesse nos parecer anacrônico num cenário de globalização e universalização do conhecimento, atualmente soa como um privilégio a ser resguardado a qualquer custo.

Logo, é preciso desmitificar uma série de conceitos, tais como pirataria, direito autoral, etc. Não conseguiremos ampliar a utilização das ferramentas digitais na educação sem necessariamente estimular a criação de mais softwares livres, impondo uma resistência cada vez maior às ferramentas

pagas, de caráter privado, sem deixar, porém, a qualidade e os recursos em segundo plano.

3- Formação de Professores adequada ao mundo tecnológico

Com esse trabalho, pretende-se propor que, a princípio, no processo de formação de professores, estes possam obter uma capacitação efetiva para trabalharem com ferramentas digitais. Assim, as aulas se tornarão mais dinâmicas e atraentes aos discentes, além de auxiliar também em todo o planejamento e „burocracia“ escolar da qual ainda não conseguimos nos livrar.

Trata-se de um novo professor que BELLONI (1998) refere-se como “professor do futuro”, mas que é na realidade extremamente atual, que precisa lidar com o estudante de forma mais próxima e menos autoritária, que o escute e compreenda as suas necessidades. Esse professor que mais do que querer lidar com as tecnologias e os softwares educacionais, necessita utilizá-las e para tanto precisa de formação. Como BELLONI afirma:

“(...) certamente o investimento em formação de professores com tecnologias resultará em aumento de produtividade dos sistemas e, portanto, a médio e longo prazo significará maior rentabilidade, evitando não só o desperdício com o fracasso escolar, como as frustrações decorrentes dele e da inadequação às demandas sociais”.
(BELLONI, 1998, p.18)

Depois, é preciso levantar uma questão que precisa estar bem clara: não basta apenas capacitar os docentes, há de se criarem mecanismos para que estes tenham livre acesso às ferramentas em questão, de forma ampla e independente. Essa ideia representa um reflexo das reivindicações em prol dos softwares livres. Segundo SILVEIRA:

“O movimento de software livre é a maior expressão da imaginação dissidente de uma sociedade que busca mais do que a sua mercantilização. Trata-se de um movimento com base no princípio do compartilhamento do conhecimento e na solidariedade praticada pela

inteligência coletiva conectada na rede mundial de computadores".
(SILVEIRA, 2003, p. 437)

Propomos, nesse sentido, que no processo de formação de professores, principalmente da rede pública de ensino, além da inserção de ferramentas digitais de fácil acesso, a inclusão de trabalhos orientados e coordenados com as mesmas.

Entendemos que ainda é reduzido o acesso de professores às ferramentas digitais. Compreendemos que, diante deste desafio, o Ministério da Educação, estendendo-se às Secretarias de Educação de todas as unidades da Federação, implemente programas de formação desde as bases, nas escolas de educação infantil às universidades, baseados nos softwares livres, proporcionando aos docentes, graduandos e afins, mais autonomia e liberdade de acesso e escolha, atendendo às necessidades de formação.

Sendo a escola parte desta sociedade e colaboradora no processo de ensino-aprendizagem e de formação da cidadania, faz-se necessário que os docentes se aperfeiçoem continuamente através das tecnologias digitais e que tenham o apoio dos órgãos governamentais para desempenharem com primor as funções que lhes cabem.

4- Conclusão

Por fim, concluímos que temos a consciência de que o acesso às ferramentas digitais provindas da cultura livre e utilizadas pelos professores não será algo resolvido de forma individual e em curto prazo, uma vez que propomos uma formação docente emancipatória. Sendo assim, é necessário que haja uma reivindicação social por parte de pais, professores e estudantes, cobrando investimentos estatais maciços e políticas públicas específicas para os impasses tecnológicos na educação. Somente assim poderemos, em um futuro não tão distante, avançarmos na resolução dessas questões.

5- Referências

BELLONI, Maria Luiza. **Tecnologia e formação de professores: Rumo a uma pedagogia pós-moderna?** Educação & Sociedade, vol.19, n.65, 1998.
MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática.** Maceió: EDUFAL, 2002.
SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Inclusão digital, software livre e globalização contrahegemônica.** Seminários temáticos para a 3ª conferência Nacional de C,T & I. Parcerias Estratégicas – número 20, junho de 2005.